

## PRODUÇÃO DO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE: POSSIBILIDADES TEÓRICAS DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Fernando Augusto Starepravo<sup>1</sup>  
Gilmar Afonso<sup>2</sup>  
Ana Leticia Padeski Ferreira<sup>3</sup>

### Resumo

*Neste ensaio nos propomos a analisar alguns aspectos presentes nos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas (GTT 10) do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, bem como apontar uma alternativa metodológica à discussão das políticas públicas de esporte e lazer.*

*Palavras-chave:* políticas públicas, orientação teórica, esporte e lazer.

### Introdução

Com o passar do tempo pesquisando a temática de políticas públicas para o esporte e lazer, algumas inquietações nos surgem. Dentre outras, a maior delas foi a falta de definições conceituais na área pesquisada que pudessem embasar e qualificar a discussão a partir dos dados empíricos. Tínhamos a impressão de que a produção de conhecimento na área de políticas públicas para o esporte e lazer estava predominantemente voltada ao relato de experiências. É inegável a importância deste tipo de publicação, principalmente para os gestores públicos do esporte e lazer, que podem se espelhar nos erros e acertos de seus colegas. Porém, quando publicamos experiências sem o diálogo com as teorias, corremos o risco de pautar as discussões em idéias e ideais próprios. Isso faz com que haja um questionamento sobre a qualidade dessa produção e não se avance na discussão.

Concordamos com Marchi Jr. (2006, p. 30), quando o autor coloca que, “*para termos respostas efetivamente consistentes para as nossas angústias, dúvidas ou discordâncias sociais, faz-se necessário uma instrumentalização, no sentido acadêmico, teórica e reflexiva para alçarmos a racionalidade desejada*”.

Diante desta inquietação, partimos em busca de referências que pudessem embasar a discussão dentro do grupo de pesquisa em políticas públicas que fazemos parte (CEPELS/UFPR), mapeando a produção científica no interior do campo. Dentro da literatura e produção científica da Educação Física, pouca discussão fundamentada foi encontrada. Esta problematização em torno da escassez de produções consistentes na área de políticas públicas do esporte e lazer, já foi por nós levantada em outras oportunidades<sup>4</sup>.

No ano de 2007, porém, durante a realização do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, no interior do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas (GTT 10), ficou nítido o avanço no número de produções acerca da temática, bem como na consistência das discussões apresentadas.

<sup>1</sup> Mestre, CEPELS/DEF/UFPR. Bolsista REUNI.

<sup>2</sup> Mestre, DECISO – CEPELS/DEF/UFPR.

<sup>3</sup> Mestranda, DECISO – CEPELS/DEF/UFPR.

<sup>4</sup> Starepravo (2007); Starepravo & Mezzadri (2007).

Foi apresentado um total de 28 trabalhos naquela ocasião, além de uma mesa especial sobre a avaliação da produção do GTT e uma conferência sobre história e fundamentos da política social. O aumento considerável de trabalhos no GTT 10 foi destacado por Molina Neto na Mesa I do evento intitulada “*Pesquisa e desenvolvimento científico: divergência, desigualdade e diversidade na Educação Física*”. Não obstante, o professor levantou a necessidade de aprofundar a compreensão do por que deste aumento quantitativo, e se este aumento na quantidade de trabalhos vem acompanhado de uma melhora qualitativa nas análises.

Neste ensaio nos propomos a analisar alguns aspectos presentes nos trabalhos apresentados no GTT 10 do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, bem como apontar uma alternativa metodológica à discussão das políticas públicas de esporte e lazer.

### **O GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**

Durante a avaliação do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, foi levantada a questão do aumento no número de trabalhos apresentados no GTT. Dentre os fatores levantados como possíveis causas ao aumento do quantitativo de trabalhos, estava a ação do governo federal, via Ministério do Esporte, através da Rede Cedes. A Rede Cedes é uma ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Com estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação - vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas -, busca implantar novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer<sup>5</sup>.

De acordo com o levantamento por nós realizado junto aos Anais Eletrônicos do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas teve vinte e oito trabalhos publicados. Destes, quatorze trabalhos, ou 50% do total de trabalhos do GTT 10, eram publicações fruto de apoio da Rede Cedes. Com relação aos grupos de pesquisa que fazem parte da Rede Cedes, estiveram representadas a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (quatro trabalhos), Universidade Federal de Alagoas (três trabalhos), Universidade Federal do Paraná (dois trabalhos), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (dois trabalhos), Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal da Paraíba (um trabalho cada).

Além disso, a ampliação do alcance dos programas de esporte e lazer do governo federal estaria estimulando a avaliação e o debate acerca da temática. Outros cinco trabalhos apresentados referiam-se a programas e ações do Ministério do Esporte. Ou seja, 68% dos trabalhos (dezenove no total) do GTT 10 estiveram diretamente relacionados à atuação do Governo Federal, através de ações do Ministério do Esporte.

Portanto, quantitativamente podemos afirmar que a atuação do Ministério do Esporte, principalmente através da Rede Cedes, fomentou o aumento das produções acerca da temática de políticas públicas de esporte e lazer no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

---

<sup>5</sup> [http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte\\_lazer/cedes/rede\\_cedes.jsp](http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/rede_cedes.jsp)

Outra questão que nos chamou atenção durante o desenvolvimento do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, no interior do GTT 10, foi a apresentação, por grande parte dos expositores, de uma discussão mais embasada e qualificada, vindo de encontro a situação de uma produção voltada ao relato de experiências, predominante na área até então. A percepção inicial, porém, era que a orientação teórica dos autores se constituía, de forma mais ou menos hegemônica, a partir de uma perspectiva marxista e de crítica ao chamado neoliberalismo.

Partimos então para a análise dos trabalhos, a fim de verificar a orientação teórica dos autores e comprovar, ou não, a hegemonia da perspectiva marxista e crítica ao neoliberalismo nas análises. Para tanto, e dada a limitação deste ensaio, selecionamos alguns artigos que a princípio nos pareciam próximos a discussão balizada por uma abordagem marxista de crítica ao neoliberalismo. Neles buscaremos, mais do que relatar exaustivamente seu conteúdo, o referencial teórico adotado e o norte de análise empregado.

O primeiro trabalho analisado, intitulado “*A formação continuada no programa esporte e lazer da cidade: emancipação o reprodução*”, refere-se a um debate sobre a questão da formação continuada dos agentes envolvidos no programa do Ministério do Esporte chamado Esporte e Lazer da Cidade, especificamente no município de Santo André. Já no resumo do trabalho os autores deixam clara sua orientação teórica, assumindo uma crítica ao chamado neoliberalismo: “*Trata-se de um estudo em andamento em que pretendemos verificar se o referido programa representa uma ação de resistência à ofensiva neoliberal de ataque aos direitos sociais*” (HÚNGARO e MELO, 2007, p. 0).

No início da introdução, os autores também deixam clara a orientação do grupo de pesquisa de que fazem parte: “*Em virtude de nossa vinculação ao Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer da região do Grande ABC, fomos estimulados a estudar os impactos da ofensiva neoliberal nas políticas sociais*” (HÚNGARO e MELO, 2007, p. 0). O texto então se desenvolve dando ênfase a discussão das políticas sociais e sua relação com as políticas econômicas do Estado; a ofensiva neoliberal atingindo a dinâmica de intervenção do Estado através de políticas sociais; o papel da educação como política social; e, finalmente, a apresentação do programa Esporte e Lazer da Cidade, enfatizando uma das ações propostas no programa, que é a de “[...] *oferecer cursos de formação continuada a professores, estudantes e agentes sociais de esporte*” (MANUAL DO PROGRAMA, 2005, p. 5 citado por HÚNGARO e MELO, 2007, p. 5). Na conclusão os autores reafirmam que aquele é um trabalho em andamento, mas apontam que buscam na avaliação de programas sociais traços revolucionários e de emancipação humana. Nas referências do trabalho pode-se encontrar menção a obra de Marx, “*Manifesto do Partido Comunista*”.

O segundo trabalho, “*O crescimento do ‘terceiro setor’ no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos*”, também vinculado ao Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer da região do Grande ABC, pretendeu levantar a discussão sobre o crescimento do chamado terceiro setor no âmbito do esporte e lazer. Para tanto, percorre um caminho no sentido de apresentar contribuições ao debate da política social e do terceiro setor para, posteriormente, adentrar nos dados de uma pesquisa (capitaneada pelo IBGE) que, em 2002, abordou as entidades do terceiro setor; e, por fim, estabelecer as mediações com o esporte e o lazer (OLIVEIRA e HÚNGARO, 2007).

Na introdução do trabalho os autores adotam uma posição crítica ao chamado terceiro setor, uma vez que o mesmo seria “*composto por instituições que, no marco da ‘ofensiva neoliberal’, assumem responsabilidades que em outro período histórico*

*seriam atribuídas ao Estado”* (OLIVEIRA e HÚNGARO, 2007, p. 1). Ao debater o terceiro setor, os autores adotam uma postura de crítica ao conceito, bem como a intervenção desta esfera da sociedade. Para tanto, utilizam a concepção marxista da divisão de classes e a compreensão da sociedade a partir da lógica do capital: *“os pressupostos que embasam o ‘terceiro setor’ contribuem para a aceitação a-crítica da ordem do capital, procurando apenas ‘melhorá-lo’”* (OLIVEIRA e HÚNGARO, 2007, p. 4). Outra passagem do texto reforça o papel do terceiro setor como uma estratégia que privilegia os detentores do capital:

*Acreditando na possibilidade do estabelecimento de um determinado contrato social que se funda num pacto de classes, numa aliança harmônica entre “cidadãos” com independência de suas procedências e interesses de classe, os defensores do “terceiro setor” conduzem a uma reificação teórica da noção de “contrato social”. Nas atuais condições – claramente restritivas do ponto de vista dos trabalhadores na defesa de seus interesses e direitos – o dito “novo contrato social” só pode ser um bom negócio para o capital.* (OLIVEIRA e HÚNGARO, 2007, p. 4-5).

Os autores apresentam dados que apontam o aumento do quantitativo de organizações não-governamentais atuantes no Brasil, destacando as que trabalham com o esporte e lazer. Nas considerações finais, apontam que este crescimento se dá em função dos interesses do capital, que busca a mínima intervenção do Estado para os trabalhadores e máxima interferência em favor do capital.

O trabalho *“Políticas públicas de esporte e lazer: análise do programa de esporte e lazer da cidade”*, de autoria de Daniele Rorato Sagrillo, Ecléa Vanessa Canei Baccin e Vilmar José Both, todos vinculados a Universidade Federal de Santa Maria, se propõem a fazer uma análise do programa do governo federal Esporte e Lazer da Cidade, a partir do par dialético objetivos/avaliação. Para tanto, parte de um referencial com base no materialismo histórico e dialético, trazendo a discussão de tempo de trabalho e tempo livre dos indivíduos.

A primeira parte do texto está voltada a discussão do tempo de trabalho e do tempo livre. Os autores partem da idéia que o conceito do trabalho é central para a compreensão das relações humanas. Utilizam-se de autores de orientação marxista (Mascarenhas, Antunes e Sader) para balizar sua discussão sobre as relações entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer.

Na seqüência os autores partem para a análise do programa Esporte e Lazer da Cidade como uma política pública voltada à garantia do lazer enquanto direito social. Abordam a discussão dos objetivos e formas de avaliação do projeto, sempre a partir de um viés marxista de análise, com base nas relações de trabalho e na divisão de classes.

Já o trabalho *“Projeto segundo tempo: configurando um modelo”*, de Bruno Duarte Moreira, Fernanda Wanzeller Neves, Leonardo Costa da Cunha, Luciano Jahnecka e Méri Rosane Santos da Silva, todos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se propõe a discutir o programa Segundo Tempo dentro de um “contexto neoliberal de organização capitalista” na cidade do Rio Grande.

Já no início do texto os autores colocam que com o neoliberalismo *“há uma reconfiguração do papel do Estado e o mercado passa a ser o regulador e definidor destas políticas, com o conseqüente descomprometimento do Estado, transferindo tais ações sociais para a sociedade civil”* (MOREIRA et al., 2007, p. 2). Uma das conseqüências é o surgimento de um terceiro setor, que passa a se responsabilizar por uma série de ações na área social, antes atribuições do Estado.

Conseqüência desse processo, segundo os autores, é que o esporte não é mais tratado como um direito social,

*mas sim como um serviço que poderá ser conseguido ou no mercado da atividade física em clubes, academias e escolinhas pagas, ou então contar com a ‘solidariedade’ de atletas, com a ‘responsabilidade social’ de grandes empresas ou ainda com a ação dos voluntários. Permuta-se direitos em troca de favores e assistência (MELO, 2005 citado por MOREIRA et al., 2007).*

Passando à análise do programa em si, os autores citam alguns números e concluem:

*é possível constatar que o Programa Segundo Tempo em Rio Grande se enquadra no modelo neoliberal de políticas públicas em que o terceiro setor, no caso o SESC, cumpre um papel que deveria ser do Estado, ou seja, esse financia um programa que vem sendo executado por um órgão da sociedade civil, transferindo verba pública para o setor privado.*

Como traço comum aos trabalhos analisados, podemos dizer que os mesmos adotam uma postura de crítica ao neoliberalismo, entendendo que este modelo, dado os interesses do capital, leva o Estado a intervir cada vez menos no âmbito social, repassando esta função a setores organizados da sociedade civil. Esta compreensão seria o ponto de partida à compreensão das ações públicas no âmbito do esporte e lazer.

Fica clara a opção pelo entendimento da macro-estrutura econômica e social, a fim de compreender as ações no interior dos programas analisados, bem como suas funções e objetivos.

### **Análise das políticas públicas a partir de alguns conceitos de Pierre Bourdieu**

Como alternativa a perspectiva teórica adotada nos trabalhos acima analisados, apresentamos uma possibilidade de uma leitura sociológica do campo político<sup>6</sup>. A preocupação em apresentar alternativas teóricas para a leitura das políticas públicas de esporte e lazer nos parece pertinente uma vez que, em conformidade com o pensamento de Marchi Jr. (2006, p. 37) entendemos e percebemos que,

*um espaço a ser conquistado e ocupado está aberto, não obstante, entendemos que para conquistá-lo é necessário à aquisição de referenciais teóricos de análise consistentes que permitam o desenvolvimento de metodologias de pesquisa superadoras dos entraves ou das limitações impostas aos estudos dos fenômenos sociais, dentre eles o esporte e o lazer.*

Cientes dos riscos, mas também das interdependências entre os diferentes campos do conhecimento, buscaremos neste trabalho propor algumas aproximações teóricas para a discussão das políticas públicas de esporte e lazer.

Elegemos para isso um autor, o sociólogo Pierre Bourdieu, como nosso principal interlocutor para discutir alguns elementos relacionados às políticas públicas para o esporte e lazer. Bourdieu nos fornece a possibilidade de apropriação de alguns conceitos como noções operatórias da análise. Neste caso destacamos três conceitos básicos da construção teórica de Bourdieu (campo, *habitus* e capital), além do conceito de poder simbólico, dentre outros.

Segundo Bourdieu, para compreendermos realmente o sentido e funcionamento do espaço social<sup>7</sup> é necessário entender as relações entre as posições ocupadas por

<sup>6</sup> A análise de políticas públicas de esporte e lazer a partir de uma leitura sociológica não é algo inédito. Porém acreditamos que a contribuição do modelo de análise de Pierre Bourdieu será frutífera a novas compreensões sobre este objeto de estudo.

<sup>7</sup> Campo ou sub-campo.

aqueles que podem produzir, utilizar e reproduzir um determinado *habitus*<sup>8</sup>. Espaço social este, que para Bourdieu assume a forma específica de um campo. A caracterização do campo se dá através da definição do espaço social onde encontram-se fixadas as posições, e os agentes sociais movimentam-se objetivando conquistas. Outra característica do campo é seu objeto de disputa e seus interesses específicos. Em outras palavras, o campo é definido como “o *locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão*” (ORTIZ, 1994, p. 19). Além disso, para a existência do campo, devem existir, em seu interior, além dos objetos de interesse e disputa, pessoas (agentes) dotadas de *habitus* que identifiquem e legitimem as leis imanentes ao jogo (MARCHI JR., 2001).

No texto “A representação política: elementos para uma teoria do campo político”, Bourdieu (2004, p. 163) afirma que:

*Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os agentes politicamente ativos e os agentes politicamente passivos e a construir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.*

Neste trecho, o autor nos coloca a necessidade de entendimento do campo político, sua divisão de trabalho e distribuição de capital, para não naturalizar o abismo que separa os agentes politicamente ativos (os políticos e gestores) e os agentes politicamente passivos (aqueles que os elegem). Esta divisão desigual de poder é algo historicamente construído e amplamente admitido pelos agentes envolvidos, já que não há interesse pela inserção de novos agentes em um campo onde poucos detêm o monopólio da produção.

Com isso, as necessidades dos agentes politicamente passivos por vezes não têm coro nas ações realizadas pelos detentores do poder no campo político. Para Bourdieu,

*... os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distancia diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantém com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência de suas atitudes, mantém com suas organizações. (Id.Ibid., p. 164)*

A produção dentro do campo fica então a cargo dos agentes politicamente ativos, os quais oferecem opções de políticas e ações públicas voltadas aos interesses que estes interpretam como prioritários.

*O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (Id.Ibid.)*

Isso pode fazer com que as opções oferecidas pelos agentes eleitos para a representação política não estejam em conformidade com os anseios daqueles que os elegeram. E a estrutura de distanciamento está a tal ponto consolidada, que há uma naturalização também desse descompasso entre oferta e demanda dentro do campo político.

---

<sup>8</sup> Temos como definição de *habitus*, “Um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” (BOURDIEU, 1983, p. 94).

*Monopólio de produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados a fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e a delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem. (Id.Ibid., p. 164)*

Pela inacessibilidade aos mecanismos de produção no campo político, a maioria das pessoas acaba ficando a margem do processo de decisão política, tendo que se contentar com o que lhe são disponibilizados pelas unidades produtoras. Isso faz com que o campo político se apresente enquanto um dos espaços sociais mais restritivos e inacessíveis à entrada de novos agentes. São leis inerentes ao campo político determinando, ou no mínimo influenciando ações relativas às políticas públicas do esporte e lazer, onde não se dá oportunidade a sociedade em participar da elaboração das ações.

### **Considerações finais (iniciais)**

A proposta deste trabalho foi analisar alguns aspectos presentes nos trabalhos apresentados no GTT 10 do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, bem como apontar uma alternativa metodológica à discussão das políticas públicas de esporte e lazer.

A partir da discussão proposta pudemos detectar que as ações do Ministério do Esporte, principalmente através da Rede Cedes, têm fomentado o aumento no número de trabalhos produzidos sobre a temática das políticas públicas de esporte e lazer no interior do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

Apresentamos também a análise de alguns trabalhos apresentados no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, ressaltando que os autores dos mesmos adotam uma postura de crítica ao chamado neoliberalismo, e privilegiam a análise macro econômica e social, para compreender a dinâmica das políticas públicas de esporte e lazer.

Finalmente, trouxemos uma discussão, ainda inicial, sobre a possibilidade de leitura sociológica do campo político, utilizando para isto alguns pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu. Entendemos que o momento atual aponta para um crescimento do interesse pela temática das políticas públicas de esporte e lazer no interior da educação física brasileira. Porém, para que haja um avanço significativo nas produções necessitamos de referenciais consistentes de análises. Fica então o convite a reflexão e o desafio de aprofundarmos os estudos nesta temática tão relevante socialmente.

### **Referências**

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico** / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 7ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004.

[http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte\\_lazer/cedes/rede\\_cedes.jsp](http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/rede_cedes.jsp)



HÚNGARO, Vitor & MELO, Lúcio Leite de. A formação continuada no programa esporte e lazer da cidade: emancipação ou reprodução. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife : CBCE, 2007.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. A educação física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

MOREIRA, Bruno Duarte et al. Projeto segundo tempo: configurando um modelo. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife : CBCE, 2007.

OLIVEIRA, Bruno Assis de & HÚNGARO, Edson Marcelo. O crescimento do terceiro setor no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife : CBCE, 2007.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

SAGRILLO, Daniele Rorato; BACCIN, Ecléa Vanessa Canei; BOTH, Vilmar José. Políticas públicas de esporte e lazer: análise do programa esporte e lazer da cidade. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife : CBCE, 2007.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife : CBCE, 2007.

STAREPRAVO, Fernando Augusto & MEZZADRI, Fernando Marinho. Algumas contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à discussão de políticas públicas para o esporte e lazer. In: **Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Campinas, 2007.